



Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

Departamento de Turismo

Licenciatura em Informação Turística

**ANÁLISE DOS CONFLITOS ENTRE A CONSERVAÇÃO E AS
NECESSIDADES DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO PARQUE
NACIONAL DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO**

Luísa Machava

Inhambane, 2026

Luísa Machava

**Análise dos Conflitos entre a Conservação e as Necessidades da População Residente no
Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto**

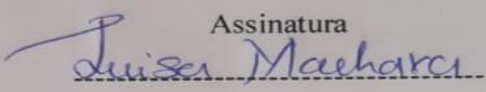
Monografia apresentada à Escola Superior de
Hotelaria e Turismo de Inhambane (ESHTI), como
um dos requisitos para a obtenção do grau de
Licenciatura em Informação Turística.

Supervisor: Zito Alberto Ngonhamo

Inhambane, 2026

Declaração

Declaro que este Trabalho de fim de curso é resultado da minha investigação pessoal, que todas as fontes estão devidamente referenciadas, e que nunca foi apresentado para obtenção de qualquer grau académico nesta Universidade, Escola ou em qualquer outra instituição.

Assinatura

(Luísa Machava)

Data : 15/06/26

Luísa Machava

**Análise dos Conflitos entre a Conservação e as Necessidades da População
Residente no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto**

Monografia avaliada como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Informação Turística pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane- ESHIT

Inhambane, 2026

<u>Mestre, Dionísio António Nhamals</u> Categoria, Grau e Nome completo do Presidente	<u>Dionísio</u> Rúbrica
<u>Mestre, Lito Alberto Ngouhame</u> Categoria, Grau e Nome completo do Supervisor	<u>Ngouhame</u> Rúbrica
<u>Prof. Doutor Ernesto José Macanigues</u> Categoria, Grau e Nome completo do Arguente	<u>Macanigues</u> Rúbrica

Dedicatória

Dedico este trabalho de fim de curso especialmente aos meus pais, Francisca José Machava e Domingos Fenias Novela.

Agradecimentos

No presente trabalho, que simboliza a conclusão do curso em primeiro lugar, louvar a Deus por ter me guiado e sustentado nessa jornada da minha vida, em todas as dificuldades que enfrentei e a alegria que vivi durante o percurso.

Em seguida à minha querida avó Alice Salomão Mabunda pelo amor incondicional que a ela sempre tem dado a mim e aos meus irmãos, ao meu tio Luís José Machava que desde a minha infância até agora tem feito o papel de um pai, criando e educando como se fosse seus próprios filhos, a querida Irmã Sílvia Arouca Frenando António que serviu como âncora na minha vida espiritual e social, e a minha família em geral pelo suporte emocional.

Ao Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB), pelo acolhimento para a realização do estágio e disponibilização de informações necessárias para este trabalho.

Gostaria de agradecer à Universidade Eduardo Mondlane, concretamente à Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane por esta oportunidade de poder frequentar o ensino Superior, ao corpo de docentes que foram os pilares da minha formação, especialmente ao meu supervisor Zito Ngonhamo, pelo apoio e suporte na elaboração deste trabalho.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O presente estudo analisa os conflitos entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconómicas das populações residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB), em Moçambique. A investigação parte do princípio de que, embora a conservação seja essencial para a proteção da biodiversidade, a sua implementação pode gerar tensões quando limita o acesso das comunidades locais aos recursos naturais fundamentais para a sua subsistência. Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma metodologia de natureza mista, combinando abordagens qualitativa e quantitativa. A recolha de dados foi realizada através da aplicação de questionários a 101 membros da comunidade local e da realização de entrevistas semiestruturadas a 9 representantes da administração do parque. Esta abordagem permitiu uma análise integrada das perceções das comunidades e da visão institucional sobre a gestão da área de conservação. Os resultados evidenciam que as comunidades locais dependem fortemente dos recursos naturais, sobretudo da pesca artesanal, constituindo esta a principal fonte de subsistência. No entanto, as restrições impostas pelas políticas de conservação, particularmente no acesso às áreas de pesca e outros recursos, foram identificadas como a principal causa de conflito. Além disso, verificou-se um sentimento de insatisfação por parte das comunidades em relação à distribuição dos benefícios provenientes do turismo, bem como uma participação limitada nos processos de tomada de decisão. Conclui-se que os conflitos existentes no PNAB são de natureza socioambiental, resultando da interação entre fatores ecológicos, económicos e sociais. Estes conflitos refletem desigualdades estruturais, falhas na governação e ausência de mecanismos eficazes de inclusão comunitária. Assim, torna-se necessária a adoção de modelos de gestão participativa que promovam o envolvimento das comunidades locais, a equidade na distribuição de benefícios e a conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, contribuindo para a redução dos conflitos e melhoria das condições de vida das populações residentes.

Palavras-chave: conflitos socioambientais; conservação ambiental; comunidades locais; turismo sustentável; governação participativa.

Índice	pag.
<i>Folha de rosto</i>	<i>i</i>
<i>Declaração</i>	<i>ii</i>
<i>Folha de avaliação</i>	<i>iii</i>
<i>Dedicatória</i>	<i>iv</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>v</i>
<i>Resumo</i>	<i>vi</i>
<i>Índice</i>	<i>vii</i>
<i>Lista de Siglas e Abreviaturas</i>	<i>ix</i>
<i>Lista de tabelas</i>	<i>x</i>
<i>Lista de figuras</i>	<i>xi</i>
Lista de gráficos	xii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento	2
1.2. Justificativa	4
1.3. Problema	5
1.4. Objectivos	6
1.5. Metodologia	7
2. REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1. Conflito	10
2.2. Conflitos socioambientais	10
2.3. Níveis dos Conflitos	11
2.4. Causas dos conflitos socioambientais	11
2.5. Principais práticas de conservação implementadas no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto	14

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
3.1. Descrição da área de estudo	18
3.2. Apresentação dos Resultados.....	20
3.2.1. Dados da comunidade local	20
3.2.2. Dados da Administração do parque	29
3.3. Discussão dos resultados.....	34
4. CONCLUSÃO	37
5. RECOMENDAÇÕES	38
6. Referências Bibliográficas	39
Apêndices.....	41

Lista de Siglas e Abreviaturas

ESHTI	Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane
PNAB	Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto
ANAC	Administração Nacional das Áreas de Conservação
IPCC	Intergovernmental Panel Climate Change
CHFB	Conflito Humano-Fauna Bravia
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra

Lista de tabelas

Tabela 1 – Principais práticas de conservação no PNAB	15
Tabela 2 – Condições socioeconómicas das comunidades locais.....	16
Tabela 3 – Principais conflitos entre conservação e subsistência	16
Tabela 4 – Perceção comunitária sobre políticas de conservação	17
 Tabela 5: Faixa etária.....	 20
Tabela 6: Género sexual.....	20

Lista de figuras

Figura 1- Práticas de conservação, impactos nas comunidades, conflitos e percepção comunitária no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto.....17

Figura 2: Mapa de localização e limites actuais do PNAB.....19

Lista de gráficos

Gráfico 1: Nível de escolaridade.....	21
Gráfico 2: Principais ocupações dos residentes	22
Gráfico 3: Local de residência dos entrevistados.....	23
Gráfico 4: Restrições do uso de recursos naturais	23
Gráfico 5: Principais conflitos entre a conservação e as necessidades da comunidade.....	24
Gráficos 6: Condições socioeconômicas da população	25
Gráfico 7: Percepção da população em relação as políticas/ práticas de conservação aplicadas no PNAB.....	27
Gráfico 8: Alternativas de melhoria de vida	28
 Gráfico 9: Principais práticas de conservação implementadas no PNAB	29
Gráfico 10: Desafios encontrados na implementação das práticas de conservação	30
Gráfico 11: Principais conflitos entre a conservação as atividades das comunidades.....	30
Gráfico 12: Condições socioeconômicas da população.....	31
Gráfico 13: Medidas tomadas para reduzir os conflitos	32
Gráfico 14: Percepção das normas de conservação	32
Gráfico 15: Estratégias de uma gestão participativa	33

1. INTRODUÇÃO

Análise dos Conflitos entre a Conservação e as Necessidades da População Residente no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto é o tema da presente pesquisa. A criação de áreas protegidas tem sido uma estratégia fundamental para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, constituindo um dos principais instrumentos de conservação previstos na legislação moçambicana (MOÇAMBIQUE, 2017). Porém, em muitos casos, a sua implementação tem gerado tensões com as comunidades locais que dependem diretamente dos recursos naturais para a sua subsistência (WEST, IGOE & BROCKINGTON, 2006).

Neste contexto, o PNAB constitui um exemplo relevante, pois combina elevada importância ecológica com a presença de comunidades que vivem da pesca artesanal, agricultura de subsistência e atividades ligadas ao turismo (ANAC, 2016; SPENCELEY ET AL., 2021).

Assim, o estudo teve como objectivo geral analisar os conflitos existentes entre conservação e subsistência da população residente, tendo como foco a identificação das práticas de conservação, a caracterização das condições socioeconómicas das comunidades, a identificação dos principais conflitos e a avaliação da percepção das populações em relação às políticas implementadas. Para alcançar estes objectivos, foi adotada uma metodologia de abordagem mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas. Foram aplicados questionários a 101 membros da comunidade local e realizadas entrevistas a 9 representantes da administração do parque, permitindo uma análise abrangente e integrada do fenómeno.

Os resultados evidenciam que, embora a conservação ambiental seja essencial, a sua implementação sem uma participação efectiva das comunidades locais tende a gerar conflitos socioambientais, associados principalmente à restrição de acesso aos recursos naturais e à percepção de desigualdade na distribuição dos benefícios do turismo. Deste modo, o estudo destaca a necessidade de modelos de gestão participativa que promovam o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento local.

1.1 Enquadramento

A consolidação das áreas protegidas como instrumento central da política ambiental global representa uma das respostas mais significativas à crise da biodiversidade. Desde o século XX, a criação de parques nacionais tem sido amplamente promovida como estratégia para preservar ecossistemas e espécies ameaçadas (PRIMACK, 2014). Contudo, esta abordagem emergiu historicamente sob uma lógica preservacionista que defendia a separação entre sociedade e natureza, concebendo a presença humana como intrinsecamente incompatível com a conservação (ADAMS, 2004).

Existe um modelo de conservação amplamente conhecido como *Fortress Conservation* (conservação excludente), que fundamenta-se na exclusão ou restrição do acesso das populações locais aos recursos naturais dentro das áreas protegidas (BROCKINGTON, 2002). Embora tenha produzido resultados ecológicos em determinados contextos, diversos estudos demonstram que este paradigma gerou deslocamentos populacionais, perda de meios de subsistência e conflitos sociais persistentes (WEST, IGOE & BROCKINGTON, 2006). Assim, a conservação deixou de ser entendida apenas como um desafio ecológico, passando a ser reconhecida como uma questão profundamente social e política.

A literatura sobre conflitos socioambientais oferece ferramentas analíticas importantes para compreender essas tensões. LITTLE (2001), define conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais com interesses divergentes sobre o uso, controlo e significado dos recursos naturais. ACSELRAD (2004; 2010), amplia essa definição ao argumentar que tais conflitos refletem desigualdades estruturais e disputas por reconhecimento, poder e justiça ambiental. Nesse sentido, os conflitos ambientais não se restringem à degradação ecológica, mas revelam assimetrias nas relações sociais e institucionais.

REDPATH ET AL. (2013), acrescentam que muitos conflitos classificados como “ambientais” são, na realidade, conflitos entre pessoas mediados pela natureza. Essa perspetiva desloca o foco do recurso natural em si para as relações sociais, económicas e políticas que estruturam o seu uso. Assim, compreender os conflitos em áreas protegidas exige analisar não apenas práticas de conservação, mas também processos de governança, distribuição de benefícios e inclusão social.

Nas últimas décadas, emergiu uma abordagem alternativa baseada na integração entre sistemas ecológicos e sociais. BERKES (2004) e FOLKE ET AL. (2005) defendem a concepção de áreas protegidas como sistemas socio ecológicos, nos quais conservação e desenvolvimento humano são interdependentes. Essa perspectiva enfatiza a importância da governança participativa, do reconhecimento tradicional e da adaptação institucional.

No contexto africano, onde grande parte das populações rurais depende diretamente dos recursos naturais, a implementação de modelos excludentes de conservação tem frequentemente intensificado conflitos (BÜSCHER & FLETCHER, 2019). Em Moçambique, essa dinâmica é particularmente relevante, dado que áreas protegidas coexistem com comunidades historicamente estabelecidas e economicamente vulneráveis.

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB) constitui um exemplo emblemático dessa realidade. Criado com o objetivo de proteger ecossistemas marinhos e espécies emblemáticas como os dugongos e as tartarugas marinhas, o parque também se encontra inserido numa região estratégica para o desenvolvimento do turismo sustentável

Entretanto, o PNAB é simultaneamente espaço de vida de comunidades cuja subsistência depende da pesca artesanal e da utilização direta dos recursos naturais.

Dessa forma, o PNAB deve ser compreendido como um território onde convergem múltiplas racionalidades: ecológica (conservação da biodiversidade), económica (expansão do turismo), social (subsistência comunitária) e política (governança estatal e agendas globais de conservação). A interação dessas dimensões cria um campo de tensões estruturais que justificam uma análise aprofundada dos conflitos socioambientais ali existentes.

1.2. Justificativa

A realização deste estudo justifica-se, em primeiro lugar, pela relevância ambiental do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, enquanto área prioritária para a conservação da biodiversidade marinha e costeira em Moçambique. A proteção de ecossistemas frágeis e de espécies ameaçadas exige modelos de gestão eficazes, que sejam capazes de assegurar resultados ecológicos duradouros sem comprometer a justiça social.

Do ponto de vista social, o estudo é pertinente por abordar os desafios enfrentados pelas comunidades residentes no PNAB, cujos meios de subsistência estão diretamente ligados aos recursos naturais do parque. A compreensão dos conflitos socioambientais vivenciados por essas populações permite dar visibilidade às suas percepções, necessidades e estratégias de adaptação, contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e equitativa da conservação.

Sob a perspectiva económica, o PNAB desempenha um papel central no desenvolvimento do turismo em Moçambique, especialmente no segmento do ecoturismo. Contudo, a sustentabilidade desse setor depende da harmonização entre conservação ambiental, participação comunitária e distribuição justa dos benefícios económicos. Ignorar os conflitos existentes pode comprometer não apenas a estabilidade social, mas também a própria viabilidade do turismo como motor de desenvolvimento local.

Em termos académicos, este estudo contribui para o aprofundamento da discussão teórica sobre conflitos socioambientais e conservação em sistemas socioecológicos, aplicando esses conceitos ao contexto moçambicano. A pesquisa oferece subsídios relevantes para estudantes, investigadores e profissionais das áreas de turismo, conservação ambiental e gestão de recursos naturais.

Por fim, do ponto de vista prático e institucional, os resultados do estudo poderão apoiar gestores do PNAB, decisores políticos e demais atores envolvidos na formulação de estratégias de gestão participativa. Ao propor alternativas que conciliem conservação ambiental e bem-estar das comunidades locais, o estudo pretende contribuir para a redução dos conflitos e para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável e socialmente justo no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto.

1.3. Problema

A coexistência entre conservação ambiental e populações residentes em áreas protegidas tem sido amplamente reconhecida como um dos maiores desafios da governança ambiental contemporânea. Segundo DIEGUES (2008), a exclusão das comunidades tradicionais dos processos decisórios e do acesso aos recursos naturais compromete não apenas a justiça social, mas também a eficácia da conservação.

No PNAB, as restrições impostas à pesca, ao uso de determinadas zonas e à exploração de recursos naturais afectam directamente os meios de subsistência das comunidades residentes

Em contextos onde a pobreza e a vulnerabilidade socioeconómica são significativas, tais restrições podem intensificar percepções de injustiça e marginalização.

LITTLE (2001), identifica os conflitos de uso e acesso aos recursos naturais como uma das formas mais recorrentes de conflitos socioambientais em áreas protegidas. Esses conflitos tendem a agravar-se quando as políticas ambientais são implementadas de forma centralizada, sem mecanismos eficazes de participação local. BERKES (2009), argumenta que falhas institucionais e ausência de governança colaborativa são fatores determinantes na escalada de conflitos ambientais.

Além disso, ACSELRAD (2010) enfatiza que os conflitos ambientais frequentemente refletem desigualdades estruturais históricas. No caso do PNAB, a valorização turística da região pode gerar uma redistribuição desigual dos benefícios económicos, favorecendo investidores e operadores turísticos em detrimento das comunidades locais. ADAMS & HUTTON (2007), alertam que agendas globais de conservação e turismo podem influenciar políticas nacionais, muitas vezes desconsiderando realidades locais específicas.

Sob a ótica dos sistemas socioecológicos, FOLKE ET AL. (2005); OSTROM (2009), defendem que a sustentabilidade de áreas protegidas depende da capacidade institucional de integrar objectivos ecológicos e necessidades humanas. Quando essa integração falha, emergem conflitos que comprometem tanto a conservação quanto o desenvolvimento local.

Neste contexto, emerge a necessidade de questionar a eficácia dos modelos de conservação adotados e de analisar de que forma estes podem ser reformulados para integrar as necessidades das populações locais. Deste modo, a problemática central deste estudo pode ser formulada da seguinte forma:

De que maneira as práticas de conservação ambiental implementadas no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto entram em conflito com as necessidades socioeconómicas das populações residentes e quais estratégias de gestão podem contribuir para a mitigação desses conflitos, promovendo simultaneamente a conservação da natureza e o bem-estar das comunidades locais?

1.4. Objectivos

Geral:

- Analisar os conflitos entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconómicas das populações residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB).

Específicos:

1. Identificar as principais práticas de conservação implementadas no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto;
2. Caracterizar as condições socioeconómicas das comunidades locais;
3. Identificar os principais conflitos entre a conservação e as actividades de subsistência das comunidades locais
4. Compreender a percepção das comunidades locais em relação às políticas e práticas de conservação implementadas.

1.5. Metodologia

Neste capítulo apresenta-se a metodologia usada para a presente pesquisa, no que se refere as estratégias de recolha de dado, as fontes de informação e a forma como foi feita a análise e interpretação dos resultados.

Segundo GIL (1999. p.26) “Metodologia é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adoptados para atingir um determinado propósito ou conhecimento”.

Na óptica de LAKATOS & MARCONI (2003. p.16) “a metodologia envolve uma combinação de métodos científicos que consideram que a selecção metodológica e industrial está directamente ligada ao tema em estudo (objecto da pesquisa, recursos financeiros, bem como humanos e outros elementos que intervêm no campo da investigação)”.

Definição da pesquisa

Quanto abordagem

Segundo TRIVIÑOS (1987), “a pesquisa qualitativa não tem como objectivo quantificar a amostragem. Em vez de seguir um critério aleatório, a seleção pode ser feita de maneira intencional, levando em consideração uma série de factores que o pesquisador considera essenciais para a investigação.

Neste trabalho, a pesquisa qualitativa foi aplicada à administração do parque, por meio de entrevistas semiestruturadas, permitindo explorar de forma aprofundada as percepções e experiências dos entrevistados.

Segundo RICHARDSON (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de colecta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Neste trabalho, a pesquisa quantitativa possibilitou a recolha de informações junto da comunidade local através de inquéritos por questionários garantido maior representatividade dos diferentes agregados familiares.

Quanto aos objectivos

De acordo com TRIVIÑOS (1987), “a pesquisa descritiva é aquela que examina, observa, regista e relaciona diferentes aspectos de factos ou fenómenos, sem que haja qualquer tipo de manipulação”.

Para este trabalho, foi aplicada a pesquisa descritiva pois, ela visa descrever fenómenos existentes e compreender as dinâmicas de conflitos entre a conservação e a subsistência.

Quanto aos procedimentos

De acordo com GIL (1999, p.65), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais previamente elaborados, como livros e artigos científicos. Uma das principais vantagens desse tipo de pesquisa é possibilitar ao investigador uma ampla abordagem de fenómenos que, de outra forma, seriam mais difíceis de alcançar por meio de uma pesquisa directa.

Pesquisa de campo: foi baseada na recolha de dados nas ilhas de Bazaruto e Benguerra.

Fases da pesquisa

1ª. Preparação do Trabalho de Campo

Esta fase foi caracterizada pela pesquisa bibliográfica, documental e a concepção dos instrumentos de recolha de dados (questionário e guião de entrevista) tal como indicado a seguir.

- a) Pesquisa bibliográfica - consistiu na recolha de informações de obras científicas que versam sobre o tema em estudo, de forma a ter subsídios teóricos com o objectivo de conhecer as diferentes abordagens científicas disponíveis sobre o tema em estudo.
- b) Pesquisa documental – consistiu na recolha de informações conservadas em arquivos de instituições públicas e organizações não-governamentais, como é o caso do plano de Maneio do PNAB.
- c) Questionário – consistiu na recolha de informações da população residente por meio de uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador.
- d) Entrevista – consistiu na recolha de informações da gestão do parque por meio de uma conversa realizada face a face pelo pesquisador junto aos entrevistados.

2ª. Determinação da amostra

A população total do estudo é de 5.800 habitantes nas 3 ilhas habitáveis do Arquipélago de Bazaruto (Bazaruto, Benguerra e Magaruque), e a amostra foi definida com base nos 2 grupos – alvos da pesquisa:

- Comunidade local residente nas ilhas de Bazaruto e Benguerra, onde foi escolhida uma amostra de 101 pessoas usando amostragem aleatória simples, garantido representatividade.
- Administração do parque (9 entrevistados): selecionada por amostragem intencional, incluindo indivíduos com conhecimento relevante sobre a gestão e conservação.

3ª. Recolha de dados

A recolha de dados foi realizada através das seguintes técnicas :

- Questionários estruturadas: aplicadas à comunidade local, com perguntas fechadas e abertas.
- Entrevistas semiestruturadas: dirigidas aos gestores e técnicos do parque.
- Observação directa: permitindo compreender o contexto real das práticas de conservação e das actividades das comunidades.

4ª. Análise e interpretação de dados

Os dados foram organizados e analisados com recurso a técnicas estatísticas (percentagem e gráficos), facilitando a sua interpretação. E os resultados foram interpretados à luz dos objectivos da pesquisa e da literatura existente, possibilitando conclusões consistentes.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Conflito

SAMUEL. D. BOND (2021), define conflito como processo dinâmico entre duas ou mais partes que percebem incompatibilidade em valores, objectivos ou necessidades, cujas interações podem resultar tanto em resultados construtivos como destrutivos.

Segundo NANCY .A. WELSH (2022), conflito é uma expressão social de tensão onde partes com interesses, expectativas ou interpretações divergentes experienciam desentendimento, muitas vezes influenciados por contextos culturais, institucionais e de poder.

Conflito é um fenômeno social e político que emerge da competição por recursos escassos e diferenças estruturais de poder manifestado em interações que podem ser negociados, mitigados ou escaladas (JACOB BERCOVITH & SCOTT SIGMUND GARTNER, 2024).

2.2. Conflitos socioambientais

Segundo LITTLE (2001), os conflitos socioambientais podem ser definidos como disputas entre grupos sociais com interesses, valores ou percepções divergentes sobre o uso, acesso, controle ou significado dos recursos naturais e do território. Esses conflitos emergem quando diferentes racionalidades (econômica, ecológica, cultural e política) entram em confronto em torno da natureza (ACSELRAD, 2004).

Segundo ACSELRAD (2010), os conflitos ambientais expressam desigualdades estruturais e refletem disputas por poder, reconhecimento e justiça ambiental. Assim, não se tratam apenas de problemas ecológicos, mas de fenômenos sociais e políticos profundamente enraizados em contextos históricos e institucionais.

No campo da conservação, REDPATH ET AL. (2013) destacam que muitos conflitos rotulados como “ambientais” são, na verdade, conflitos entre pessoas, mediados pela natureza. Essa perspectiva amplia o entendimento do conflito como um processo relacional, no qual valores, identidades e interesses humanos desempenham papel central.

Os conflitos em áreas de conservação não são apenas ecológicos, mas resultam de uma tensão estrutural entre **proteção ambiental e sobrevivência socioeconómica** (MASSÉ, 2020; COAD ET AL., 2021). Historicamente, o modelo dominante da conservação foi o da **Conservação Excludente (Fortress Conservation)**, que privilegia a proteção da biodiversidade através da separação física entre pessoas e natureza. Em Moçambique, esse modelo influenciou a criação

e gestão de várias áreas protegidas, mesmo após a independência, reproduzindo dinâmicas herdadas do período colonial, contudo, abordagens mais recentes defendem a **conservação baseada na comunidade**, que reconhece que a exclusão tende a gerar resistência social, conflitos e até práticas ilegais como caça furtiva (JONES ET AL., 2020).

2.3. Níveis dos Conflitos

Os conflitos socioambientais manifestam-se em múltiplos níveis, interligados entre si.

a) Nível local

O nível local envolve interações diretas entre comunidades, recursos naturais e instituições de gestão. É nesse nível que se materializam os impactos mais imediatos, como perda de subsistência, restrição de acesso e conflitos cotidianos (LITTLE, 2001).

b) Nível regional e nacional

Neste nível, os conflitos refletem políticas públicas, modelos de desenvolvimento e decisões institucionais mais amplas. Leis ambientais, criação de áreas protegidas e grandes projetos de infraestrutura são exemplos de fatores que desencadeiam conflitos em escala regional ou nacional (ACSELRAD, 2010).

c) Nível global

Conflitos também se conectam a processos globais, como mudanças climáticas, mercados internacionais de commodities e agendas globais de conservação. Esses fatores influenciam decisões locais e frequentemente ampliam desigualdades socioambientais (ADAMS & HUTTON, 2007).

2.4. Causas dos conflitos socioambientais

Moçambique possui uma vasta rede de áreas de conservação, administradas pela Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), incluindo o **Parque Nacional da Gorongosa**, o **Parque Nacional do Limpopo**, a **Reserva Nacional do Niassa** e o **Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto**.

Nos últimos anos, o país expandiu significativamente as áreas protegidas, alinhando-se às metas globais de conservação, como o compromisso internacional de proteger 30% do território até 2030. Contudo, a literatura aponta que essa expansão tem intensificado tensões entre objetivos ecológicos e necessidades socioeconómicas das comunidades locais (MASSÉ & LUNSTRUM, 2020; WITTER & SATTERFIELD, 2019).

a) Restrição de acesso aos recursos naturais

Um dos principais focos de conflito é a limitação do acesso a recursos naturais essenciais. Estudos indicam que muitas comunidades dependem da agricultura de subsistência, pesca artesanal e exploração florestal para sobrevivência (CUNLIFFE ET AL., 2021).

Quando práticas tradicionais são proibidas ou restringidas dentro das áreas protegidas, as famílias enfrentam insegurança alimentar e perda de rendimento. Segundo JONES ET AL. (2020), em vários contextos da África Austral incluindo Moçambique a conservação excludente tende a gerar resistência local, sobretudo quando alternativas económicas não são oferecidas.

No caso do Parque Nacional do Limpopo, pesquisas mostram que restrições ao pastoreio e cultivo tradicional afetaram diretamente a economia doméstica das comunidades reassentadas (MILGROOM & SPIERENBURG, 2021).

b) Conflitos humano-fauna bravia

O conflito humano-fauna bravia (CHFB) é amplamente documentado na literatura como um dos principais desafios de conservação em Moçambique.

Estudos conduzidos na zona tampão do Parque Nacional da Gorongosa indicam aumento de danos agrícolas causados por elefantes e hipopótamos, impactando negativamente a percepção comunitária da conservação (POOLEY ET AL., 2020; GROSS ET AL., 2021).

Além disso, pesquisas destacam que a eficácia dos programas de compensação depende da rapidez dos pagamentos e da transparência institucional (RICO ET AL., 2022). Quando os mecanismos são burocráticos ou insuficientes, o ressentimento social aumenta.

c) Reassentamentos e justiça social

O reassentamento de comunidades fora de áreas nucleares de conservação tem sido objeto de debate académico recente. MILGROOM E SPIERENBURG (2021) argumentam que, embora os reassentamentos sejam apresentados como estratégias de desenvolvimento, muitas vezes resultam em:

- Perda de terras férteis;

- Redução do acesso à água;
- Fragilização das redes sociais e culturais.

MASSÉ (2020) introduziu o conceito de “*Green Securitization*” para descrever como a conservação pode assumir contornos militarizados, especialmente no combate à caça furtiva, afetando direitos comunitários

d) Distribuição de benefícios e turismo

A literatura enfatiza que a aceitação da conservação depende fortemente da partilha equitativa de benefícios.

No caso do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, estudos mostram que o turismo de alto padrão gera receitas significativas, mas a integração económica das comunidades locais ainda enfrenta desafios estruturais (SNYMAN & BRICKER, 2021).

Segundo SPENCELEY ET AL. (2021), quando as comunidades participam na cadeia de valor do turismo através de emprego, fornecimento de produtos e gestão comunitária, há maior probabilidade de coexistência sustentável entre conservação e desenvolvimento.

e) Governação e participação comunitária

A legislação moçambicana reconhece o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) e prevê mecanismos de consulta comunitária. Contudo, a participação muitas vezes permanece limitada ao nível consultivo (NORFOLK & TANNER, 2020).

Alguns atores sugerem que modelos de co-gestão e governação inclusiva são mais eficazes na redução de conflitos, especialmente quando combinados com capacitação institucional e fortalecimento das organizações comunitárias (COAD ET AL., 2021).

f) Mudanças climáticas e pressão socioeconómica

Eventos climáticos extremos como ciclones e secas intensificam a dependência das comunidades sobre recursos naturais. Segundo IPCC (2022), Moçambique está entre os países africanos mais vulneráveis às mudanças climáticas. As crises climáticas aumentam a pressão sobre áreas protegidas, agravando conflitos já existentes (ARTUR & HILHORST, 2022).

2.5. Principais práticas de conservação implementadas no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB), localizado na província de Inhambane, é uma área protegida destinada à conservação de ecossistemas costeiros e marinhos, com foco na proteção de espécies ameaçadas, como o dugongo, tartarugas marinhas e recifes de coral. Entre as principais práticas de conservação implementadas, destacam-se as patrulhas regulares de fiscalização terrestre e marítima, realizadas por guardas-parques, com o objetivo de reduzir atividades ilegais e proteger espécies vulneráveis (AFRICAN PARKS, 2023).

Além disso, o PNAB desenvolve monitoria científica e rastreamento por satélite para acompanhar a distribuição de espécies marinhas e fornecer dados para decisões de gestão (DIÁRIO ECONÓMICO, 2024). Outras práticas incluem educação ambiental, projetos de desenvolvimento comunitário e recolha de resíduos, fortalecendo a relação entre proteção ambiental e fatores socioeconómicos locais. As comunidades residentes nas ilhas de Bazaruto, Benguerra e Magaruque dependem fortemente da pesca artesanal e do turismo ecológico para a subsistência, sendo múltiplas famílias envolvidas em pequenos negócios e prestação de serviços turísticos (AFRICAN PARKS, 2023).

Apesar do turismo gerar receitas e empregos, o acesso direto aos benefícios económicos nem sempre é suficiente para suprir todas as necessidades básicas da população, frequentemente marcada por desafios no acesso a água potável, eletricidade e infraestrutura adequada (WORLD BANK, 2023).

Parte das receitas do turismo, tipicamente destinada a fundos comunitários, é canalizada para o desenvolvimento local, gerando projetos de interesse social e oportunidades de capacitação profissional. Os conflitos entre as políticas de conservação e as atividades tradicionais das comunidades locais são multifacetados. Em primeiro lugar, as restrições ao uso de recursos naturais, especialmente a pesca dentro das zonas protegidas, geram tensões entre pescadores artesanais e guardas-parques (AFRICAN PARKS, 2023).

Em segundo lugar, existem insatisfações quanto à distribuição de receitas do turismo, com reclamações de que os fundos prometidos nem sempre chegam efetivamente às comunidades, criando descontentamento social. Além disso, o crescimento populacional e a pressão sobre

recursos naturais nas ilhas requerem revisão de planos de ocupação humana e gestão zonal para conciliar conservação e vida comunitária (CLUB OF MOZAMBIQUE, 2023).

A percepção das comunidades locais em relação às políticas de conservação é mista. Por um lado, há reconhecimento dos benefícios econômicos e oportunidades de emprego trazidos pelo turismo sustentável e projetos de capacitação. Por outro lado, existem críticas e frustrações quanto às restrições de acesso à pesca e à gestão das receitas comunitárias, refletindo um sentimento de injustiça na distribuição de benefícios. (AFRICAN PARKS, 2023).

Em suma, a percepção comunitária tende a ser positiva quando políticas de conservação oferecem benefícios tangíveis, mas crítica quando há limitações percebidas no acesso a recursos e na participação na gestão do parque.

Área de intervenção	Prática implementada	Objectivo principal	Fonte
Fiscalização e patrulhas	Guardas-parques patrulham zonas terrestres e marinhas	Reduzir pesca ilegal e proteger espécies vulneráveis	African Parks (2023)
Monitoria científica	Rastreamento por satélite de dugongos e censos marinhos	Apoiar decisões de gestão e conservação de espécies	Diário Económico (2024)
Educação ambiental	Campanhas e workshops comunitários	Sensibilizar sobre práticas sustentáveis	African Parks (2023)
Desenvolvimento comunitário	Projetos de capacitação e distribuição de receitas do turismo	Melhorar a subsistência e integrar comunidades na conservação	African Parks (2023)
Gestão de áreas de uso	Áreas específicas para pesca artesanal de baixo impacto	Conciliar conservação com uso sustentável	ANAC (2017)

Tabela 1 – Principais práticas de conservação no PNAB

Fonte: autora (2026) com base em Afrikan Parks (2023)

Aspecto socioeconómico	Características principais	Fonte
Fonte de subsistência	Pesca artesanal, agricultura de subsistência e turismo ecológico	African Parks (2023)
Renda e empregos	Parcial dependência do turismo, empregos sazonais	World Bank (2023)
Capacitação e formação	Programas em hotelaria, turismo, ofícios técnicos	African Parks (2023)
Benefícios comunitários	Fundos comunitários do turismo para projetos sociais	African Parks (2023)
Infraestrutura	Limitada; desafios em água potável, eletricidade e transportes	World Bank (2023)

Tabela 2 – Condições socioeconómicas das comunidades locais

Fonte: autora (2026) com base em Afrikan Parks (2023)

Tipo de conflito	Descrição	Impacto	Fonte
Restrição de acesso a recursos	Limitações de pesca em zonas protegidas	Frustração e tensões entre pescadores e fiscalização	African Parks (2023)
Distribuição de receitas	Parte das receitas do turismo não chega às comunidades	Descontentamento social e conflitos internos	DW (2024)
Pressão populacional	Crescimento das ilhas aumenta a pressão sobre recursos naturais	Necessidade de revisão de planos de ocupação e gestão	Club of Mozambique (2023)
Dependência económica	Vulnerabilidade a choques externos, como redução de turismo	Risco de sobreexploração de recursos e conflitos	World Bank (2023)

Tabela 3 – Principais conflitos entre conservação e subsistência

Fonte: autora (2026) com base em Afrikan Parks (2023)

Percepção	Observações	Fonte
Apoio aos benefícios tangíveis	Reconhecimento da importância do turismo sustentável e emprego	African Parks (2023)
Valorização de capacitação	Projetos de formação profissional bem recebidos	African Parks (2023)
Críticas às restrições	Limitação ao acesso à pesca tradicional gera frustração	DW (2024)
Importância do envolvimento	Participação em decisões e reuniões aumenta cooperação	African Parks (2023)

Tabela 4 – Percepção comunitária sobre políticas de conservação

Fonte: autora (2026) com base em Afrikan Parks (2023)



Figura 1- Práticas de conservação, impactos nas comunidades, conflitos e percepção comunitária no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto

Fonte: ANAC (Plano de Maneio, 2016-2025).

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os dados adquiridos no campo, durante as actividades de coleta de dados, buscando interpreta-los e discuti-los com a finalidade de ajudar na percepção e construir um cenário a partir do fenómeno estudado na investigação. Neste sentido, foram levados a cabo a recolha de dados no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto, concretamente nas Ilhas de Bazaruto e Benguerra.

3.1. Descrição da área de estudo

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB) constitui uma parte insular de Moçambique, que se situa entre os paralelos - 21º 27' 30'' e - 22º 02' 55'' de Latitude Sul e os meridianos 35º 32' 30'' e 35º 19' 01'' de Longitude Este, cujos limites físicos são os seguintes:

Limita ao Sul com o Cabo de São Sebastião, a Norte e Este com o Canal de Moçambique (Oceano Índico), e a Oeste com a costa continental de Moçambique.

O Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB) localiza-se ao longo da costa dos distritos de Vilankulo e Inhassoro, na província de Inhambane, abrangendo as ilhas de Bazaruto, Benguerra, Magaruque, Santa Carolina e Bangué, com uma extensão de 1583 km², foi criado em 1971 pelo Diploma Legislativo nº 46/71 de 25 de Maio e na altura cobria apenas as três primeiras ilhas mencionadas só a partir de 2001 com o decreto nº 39/2001 de 27 de Novembro foi alargado e juntou mais duas ilhas, criado com principal objectivo de preservar os dugongos e as tartarugas marinhas.

O PNAB é uma das maiores histórias de sucesso de Moçambique. Além da biodiversidade rica de distintos habitats naturais, é a terra de uma população que sustentada pelos recursos do próprio arquipélago, enquanto os turistas se deslocam em grandes números para as ilhas de avião e em navios cruzeiros, atraídos pela beleza natural do arquipélago e duma rica vida marinha.

De acordo com o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2016 - 2025), a zona de Bazaruto Vilankulo que inclui o Arquipélago do Bazaruto e a costa de Vilankulo até Inhassoro, na Província de Inhambane é considerada umas das áreas prioritárias para do investimento turístico. As ilhas Do Parque Nacional Do Arquipélago De Bazaruto (PNAB) são uma dos maiores atracões no desenvolvimento do destino ecoturístico

de Moçambique e têm como princípios orientadores da política nacional do turismo: desenvolver e posicionar Moçambique como destino ecoturístico de classe mundial; contribuir para a geração de emprego, crescimento económico e alívio a pobreza; desenvolver o turismo sustentável e responsável; participar na conservação ambiental e protecção da biodiversidade; preservar os valores culturais e o orgulho nacional.

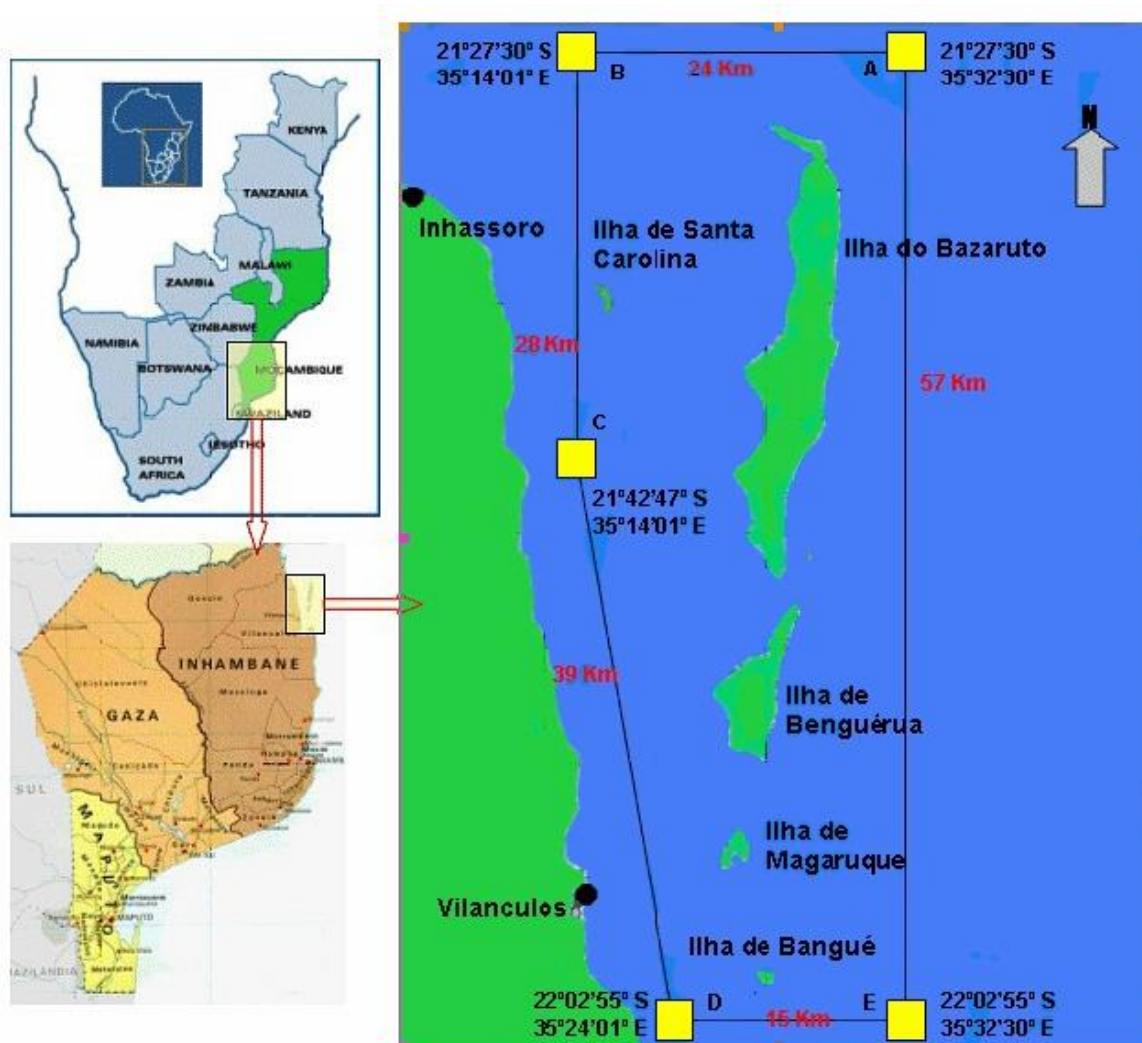


Figura 2: Mapa de localização e limites actuais do PNAB

Fonte: ANAC (Plano de Maneio, 2016-2025).

3.2. Apresentação dos Resultados

3.2.1. Dados da comunidade local

Tabela 5: Faixa etária

Idades	Percentagem (%)
12 - 18 anos	2 %
18 - 35 anos	56 %
35 - 45 anos	30 %
45 - 70 anos	10 %
70+ anos	2 %

Fonte: Autora, (2026)

A tabela da faixa etária apresenta a distribuição dos participantes do estudo segundo os seus grupos de idade. Observa-se que a maioria dos inqueridos encontram-se na faixa etária dos 18-35 anos, representando 56% da amostra total.

A segunda faixa etária mais representativa corresponde aos indivíduos entre 35-45 anos com 30% dos participantes.

Por sua vez, os indivíduos com idades compreendidas entre 45 e 70 anos representam cerca de 10% da amostra, embora este grupo apresente menor representação, ele é importante por possuir pessoas com maior experiência de vida e conhecimento tradicional sobre o uso dos recursos naturais e as dinâmicas comunitárias.

As faixas etárias dos 12-18 e 70+ anos de idade apresentam percentagem muito reduzida, próximas de 2%, indicando uma participação pouco significativa de adolescentes e outras categorias etárias no estudo.

Tabela 6: Género sexual

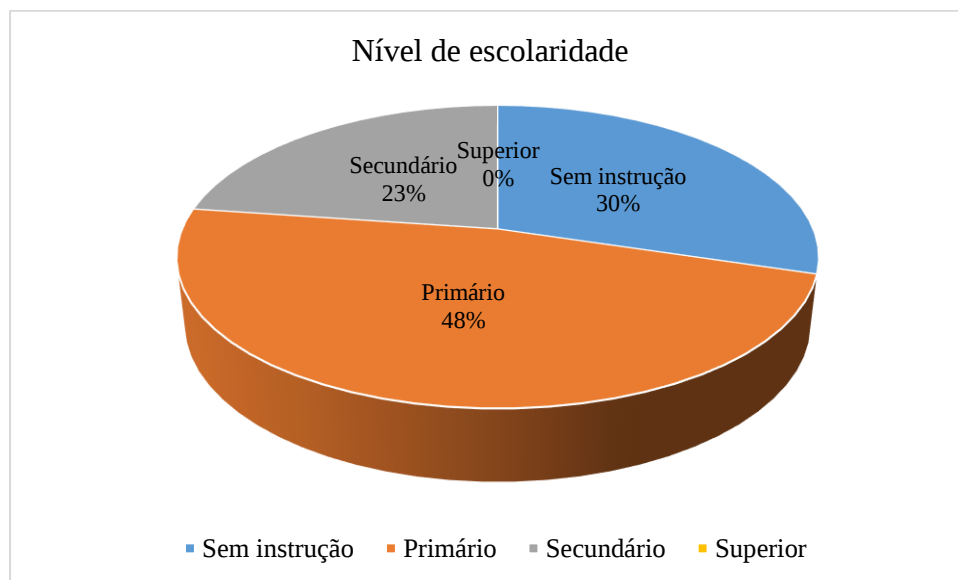
Género	Percentagem (%)
Masculino	39%
Feminino	69%

Fonte: Autora, (2026)

A tabela referente ao género dos participantes mostra que a maioria dos inqueridos é do sexo feminino, representando 61% da amostra, enquanto os participantes do sexo masculino correspondem a 39%. A maior participação feminina pode estar associada ao facto de as mulheres desempenharem um papel fundamental nas actividades quotidianas nas comunidades, particularmente em tarefas relacionadas com a agricultura de subsistência, recolha de recursos naturais, gestão doméstica e participação em iniciativas comunitárias.

Por outro lado a participação masculina, embora menos também é relevante para o estudo, pois os homens geralmente estão envolvidos em actividade como pesca, exploração de recursos naturais e outras práticas económicas, que podem estar directamente relacionadas com as áreas de conservação.

Gráfico 1: Nível de escolaridade



Fonte: Autora (2026)

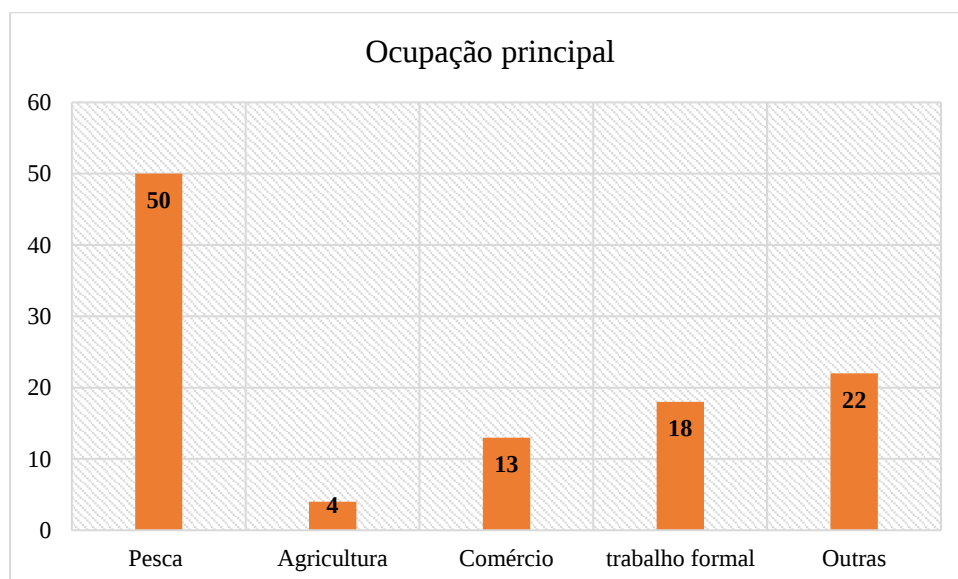
O gráfico apresenta a distribuição dos participantes do estudo de acordo com o nível de escolaridade. Observa-se que a maior parte dos inqueridos possui ensino primário, representando 48% da amostra. Este estudo indica que quase metade da população estudada possui apenas a educação básica, o que é comum em muitas comunidades rurais ou localizadas em áreas próximas de zonas de conservação, onde o acesso à educação pode ser limitado.

Em seguida, verifica-se que 30% dos participantes não possuem qualquer nível de instrução formal. Este valor relativamente elevado revela a existência de uma parcela significativa da população que não teve acesso ao sistema formal de ensino, situação que pode influenciar o nível de conhecimento sobre questões ambientais, políticas de conservação e outras práticas relacionadas com a gestão sustentável dos recursos naturais.

Por outro lado, 23% dos inqueridos possuem o nível secundário de escolaridade, o que demonstra que uma parte menor da população conseguir avançar para níveis mais elevados de educação formal. Este grupo pode apresentar maior acesso à informação e maior capacidade de compreensão das políticas e práticas associadas à conservação ambiental.

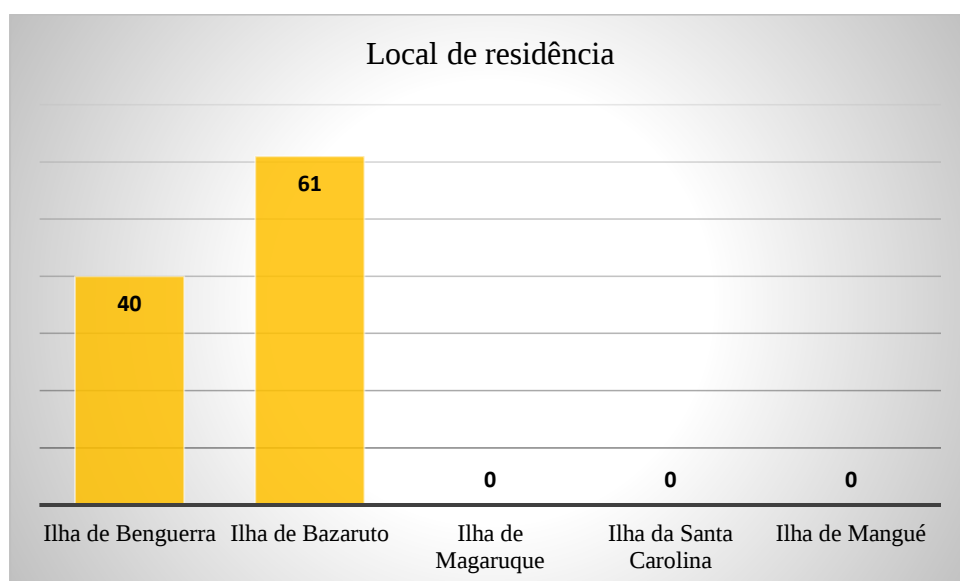
E por fim, o gráfico indica também que nenhum dos participantes possui nível superior, correspondendo a 0% da amostra. Este resultado evidencia a baixa presença de indivíduos com formação universitária na comunidade estudada, o que pode estar relacionada com factores como limitações económicas, dificuldades de acesso a instituições de ensino superior ou a necessidade dos indivíduos permanecerem na comunidade para desenvolver atividades de subsistência.

Gráfico 2: Principais ocupações dos residentes



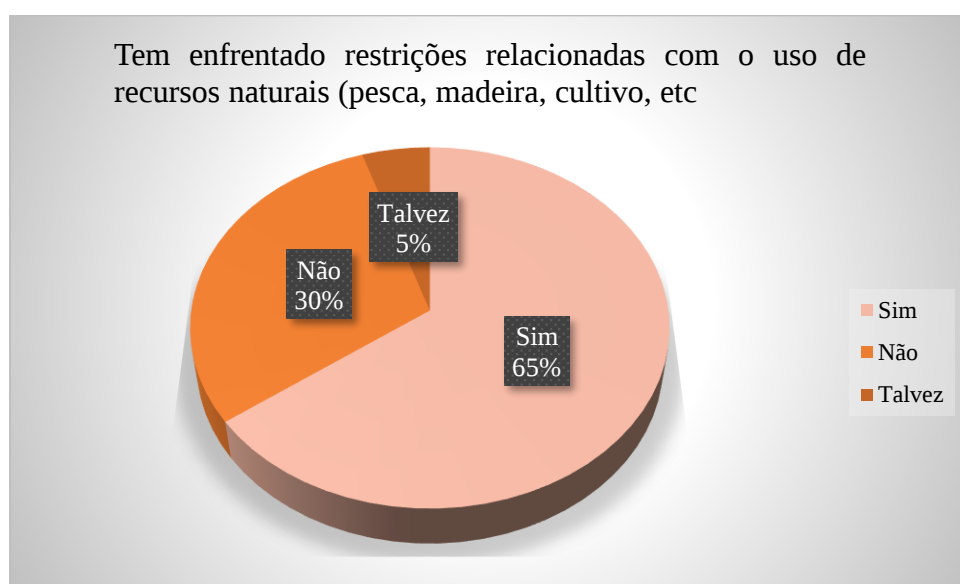
Fonte: Autora, (2026)

O gráfico das principais ocupações dos residentes demonstra que a pesca constitui a principal atividade econômica dos residentes entrevistados, representando 50% da amostra. Em contraste, outras atividades aparecem com menor representatividade, destacando-se as “outras ocupações” com 22%, o trabalho formal com 18%, o comércio com 13% e, por fim, a agricultura com apenas 4% da amostra. Esses resultados evidenciam uma forte dependência da população local em relação aos recursos marinhos, particularmente à pesca, que se configura como a principal fonte de subsistência das comunidades. A baixa participação da agricultura e de outras atividades produtivas sugere uma limitada diversificação das fontes de renda, o que pode aumentar a vulnerabilidade econômica da população diante de restrições relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Gráfico 3: Local de residência dos entrevistados

Fonte: Autora, (2026)

Conforme apresentado na Figura 5, observa-se que a maior parte dos entrevistados reside na Ilha de Bazaruto, com **61** participantes, seguida pela Ilha de Benguerra, com **40** entrevistados. As demais ilhas apresentam uma participação bastante reduzida na amostra. Esse resultado pode estar relacionado tanto à maior concentração populacional nessas ilhas quanto à maior acessibilidade durante o processo de coleta de dados. Dessa forma, percebe-se que as percepções analisadas no estudo refletem principalmente a realidade das comunidades residentes nessas duas ilhas.

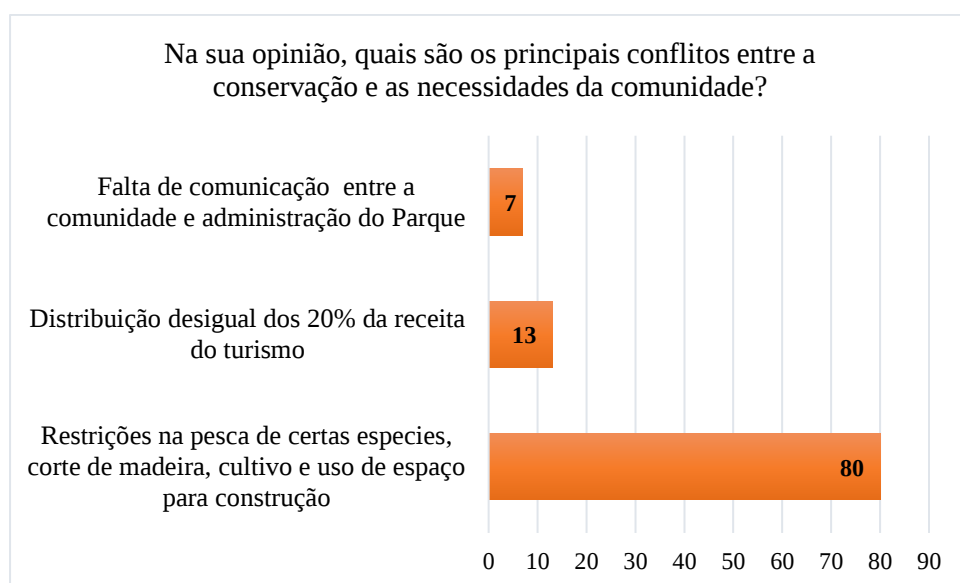
Gráfico 4: Restrições do uso de recursos naturais

Fonte: Autora, (2026)

Os resultados ilustrados na Figura 6 indicam que 65% dos entrevistados afirma estar a enfrentar restrições relacionadas ao uso de recursos naturais, como a pesca, o corte de madeira e o cultivo. Por outro lado, 30% afirmam não estar a enfrentar tais restrições, enquanto 5% demonstraram incerteza quanto à questão.

Esses dados sugerem que uma parcela significativa da população local percebe limitações no acesso e na utilização dos recursos naturais, possivelmente decorrentes da implementação de políticas e medidas de conservação. Tal cenário pode influenciar diretamente os meios de subsistência das comunidades que dependem desses recursos.

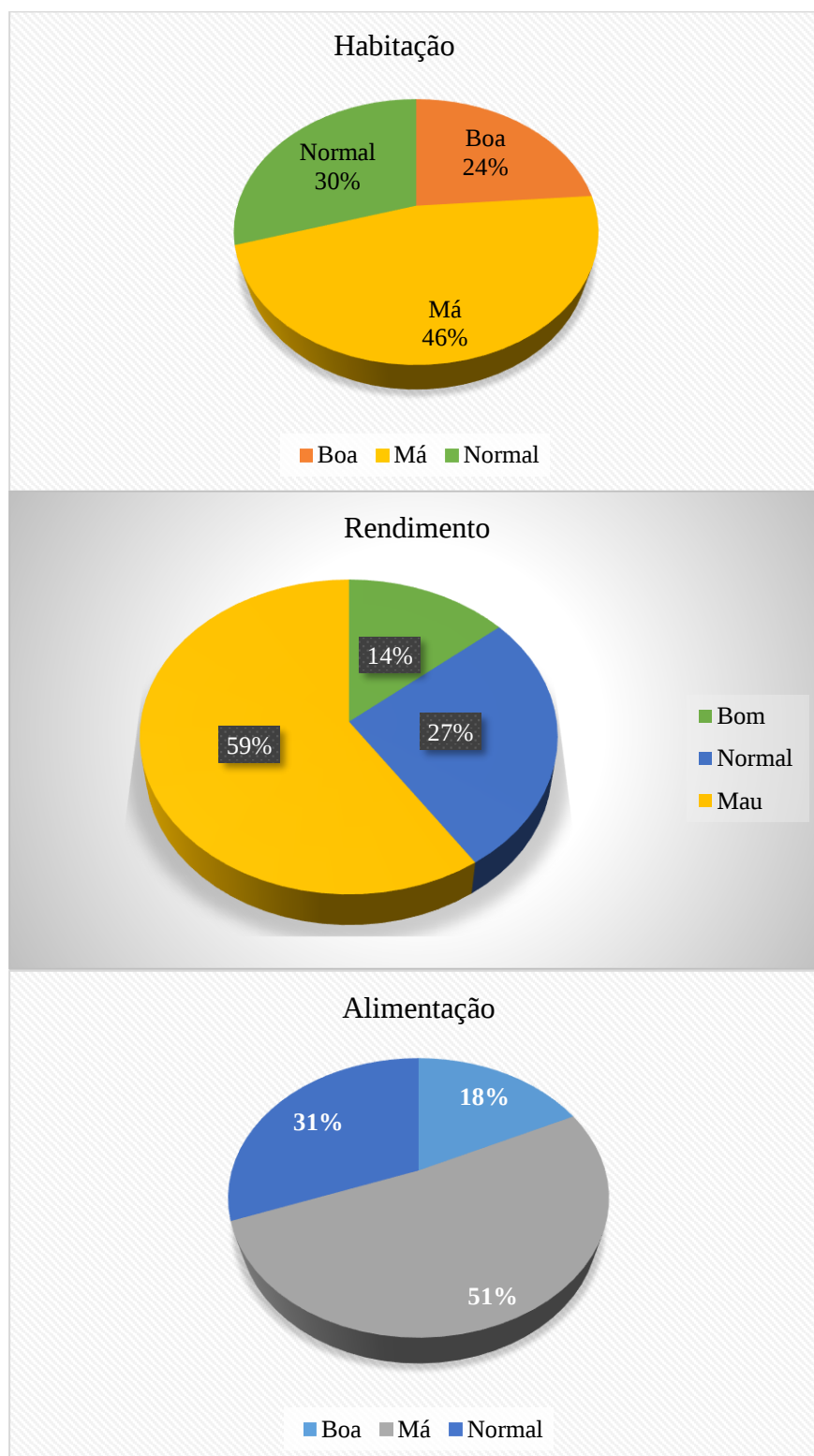
Gráfico 5: Principais conflitos entre a conservação e as necessidades da comunidade



Fonte: Autora, (2026)

De acordo com os dados apresentados na Figura 7, o principal conflito apontado pelos entrevistados refere-se às restrições impostas à pesca de determinadas espécies, ao corte de madeira, ao cultivo e ao uso do espaço para construção, sendo mencionado por 80% dos participantes. Outros conflitos identificados incluem a distribuição desigual dos 20% da receita proveniente do turismo, citada por 13% entrevistados, bem como a falta de comunicação entre a comunidade e a administração do parque, mencionada por 7% dos participantes.

Esses resultados evidenciam que as restrições relacionadas ao uso dos recursos naturais constituem o principal ponto de tensão entre as políticas de conservação e as necessidades socioeconômicas das comunidades locais.

gráficos 6: Condições socioeconómicas da população

Fonte: Autora, (2026)

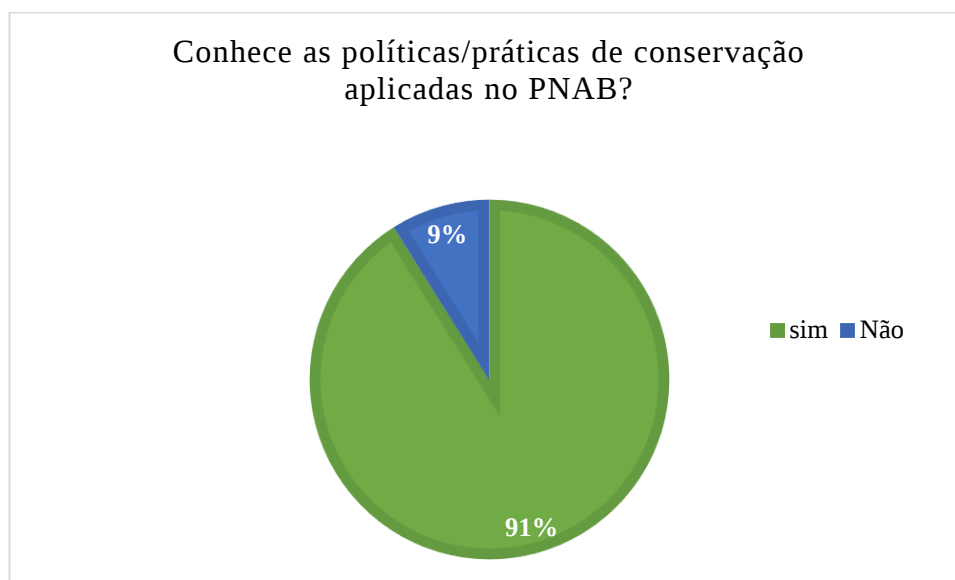
A análise conjunta dos indicadores de habitação, rendimento e alimentação permite compreender de forma mais abrangente as condições de vida da população local. No que se refere à Habitação, observa-se que 46% dos entrevistados classificam suas condições habitacionais como más, enquanto 30% as consideram normais e apenas 24% afirmam possuir boas condições de habitação. Esses resultados indicam que uma parcela significativa da população enfrenta dificuldades relacionadas à qualidade das suas moradias, o que pode refletir limitações econômicas e carência de infraestrutura adequada.

Em relação ao Rendimento, verifica-se que a maioria dos entrevistados (59%) considera sua renda má, enquanto 27% classificam como normal e apenas 14% afirmam possuir um rendimento considerado bom. Esse cenário demonstra a existência de fragilidades econômicas entre os residentes, possivelmente associadas à dependência de atividades tradicionais de subsistência, como a pesca, bem como à limitada diversificação das fontes de renda.

No que diz respeito à Alimentação, os dados revelam que 51% dos entrevistados classificam sua situação alimentar como má, 31% como normal e apenas 18% como boa. Esses resultados sugerem a existência de dificuldades relacionadas à segurança alimentar, que podem estar diretamente associadas ao baixo rendimento das famílias e à limitada capacidade de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

De modo geral, a análise desses indicadores evidencia que uma parte considerável da população apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis, refletidas principalmente no baixo rendimento, nas dificuldades relacionadas à alimentação e nas limitações das condições habitacionais. Esses fatores podem influenciar negativamente o bem-estar das comunidades locais e reforçam a necessidade de estratégias que promovam o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

Gráfico 7: Percepção da população em relação as políticas/ práticas de conservação aplicadas no PNAB



Fonte: Autora, (2026)

Conforme ilustrado na Figura 9, a maioria dos entrevistados (91%) afirma conhecer as políticas e práticas de conservação aplicadas no parque, enquanto apenas 9% afirmam não possuir esse conhecimento. Esse resultado demonstra que existe um elevado nível de conhecimento da população em relação às políticas de conservação implementadas. Contudo, apesar desse conhecimento, os dados também revelam a existência de conflitos relacionados às restrições impostas ao uso dos recursos naturais, o que evidencia a necessidade de fortalecer o diálogo entre as autoridades de gestão do parque e as comunidades locais.

Gráfico 8: Alternativas de melhoria de vida

Fonte: Autora, (2026)

A categoria “emprego” é, de longe, a resposta mais expressiva, com 37% da amostra. Isso indica que, para esta comunidade a estabilidade econômica e a geração de renda são vistas como as ferramentas mais eficazes para o progresso, superando inclusive auxílios diretos ou mudanças na exploração de recursos.

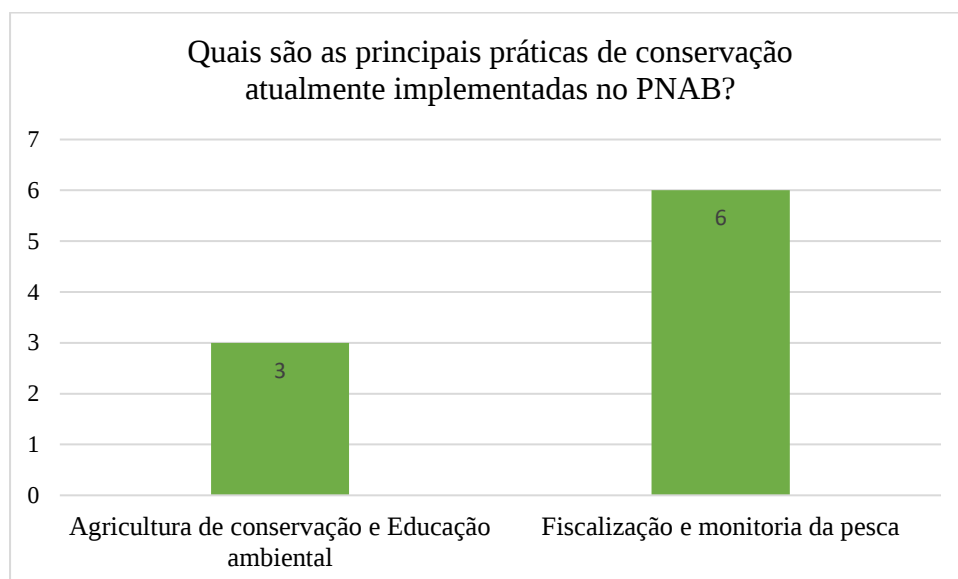
A segunda resposta mais frequente é “não tenho ideia” com 22% da amostra. Este é um dado crítico, pois sugere que quase 1/5 dos entrevistados não consegue identificar caminhos claros para o desenvolvimento sustentável, o que aponta para uma necessidade de: educação ambiental e maior diálogo entre órgãos de conservação e moradores.

As outras categorias mostram uma divisão de opiniões sobre como a vida prática deve ser conduzida:

- Diminuir a restrição de certos recursos naturais: significa que uma parcela da população sente que as leis de conservação atuais são muito rígidas e limitam o sustento.
- Apoio alimentar anual: Indica uma vulnerabilidade social onde a segurança alimentar ainda depende de auxílios externos.
- Agricultura: Curiosamente, é a opção menos votada, o que pode sugerir que a agricultura atual não é vista como lucrativa.

3.2.2. Dados da Administração do parque

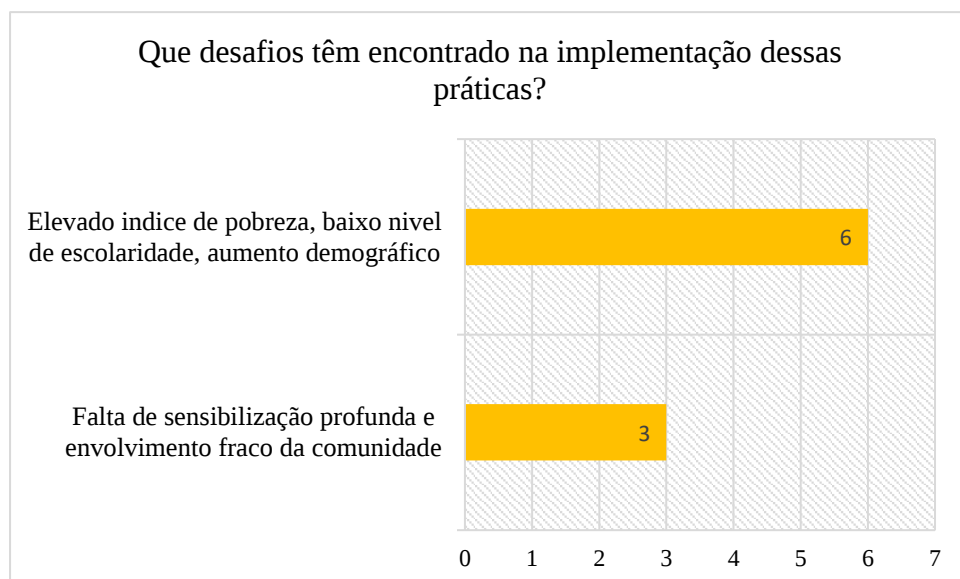
Gráfico 9: Principais práticas de conservação implementadas no PNAB



Fonte: Autora, (2026)

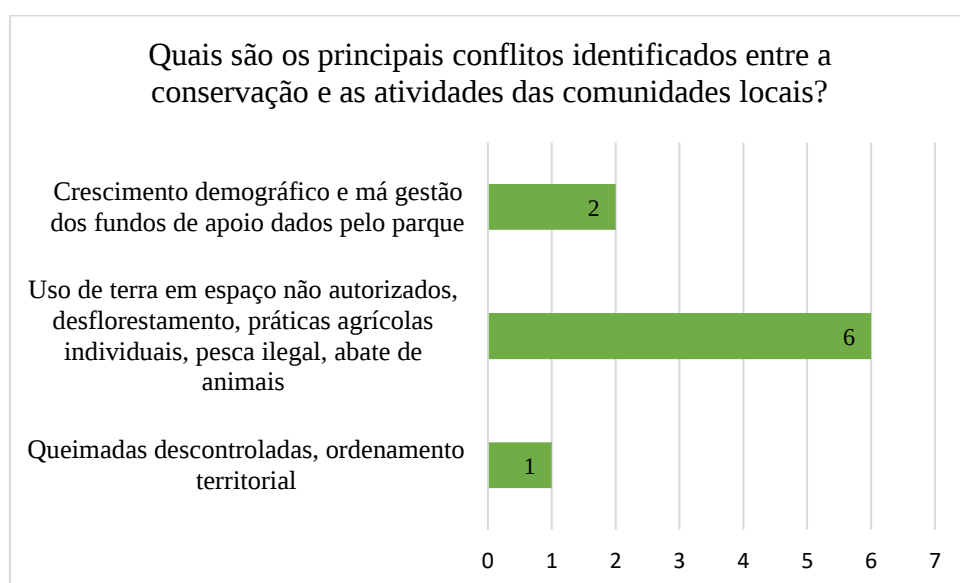
Observa-se que a fiscalização e monitoria da pesca constitui a prática de conservação mais mencionada, representando a maior frequência entre os inquiridos. Este resultado demonstra que a administração do parque atribui grande importância ao controlo das atividades pesqueiras dentro da área de conservação. Tal prática visa garantir o uso sustentável dos recursos marinhos, prevenir a pesca ilegal e proteger espécies marinhas que fazem parte da biodiversidade do arquipélago. A monitoria constante das atividades de pesca é essencial para manter o equilíbrio ecológico e assegurar a conservação dos ecossistemas marinhos existentes no parque.

Por outro lado, a agricultura de conservação e a educação ambiental apresentam uma frequência menor em comparação com a fiscalização da pesca. Estas práticas estão mais associadas ao trabalho desenvolvido com as comunidades que vivem dentro do parque. A agricultura de conservação contribui para a redução da degradação do solo e para a promoção de técnicas agrícolas sustentáveis, enquanto a educação ambiental tem como objetivo sensibilizar as comunidades sobre a importância da proteção dos recursos naturais e da biodiversidade.

Gráfico 10: Desafios encontrados na implementação das práticas de conservação

Fonte: Autora, (2026)

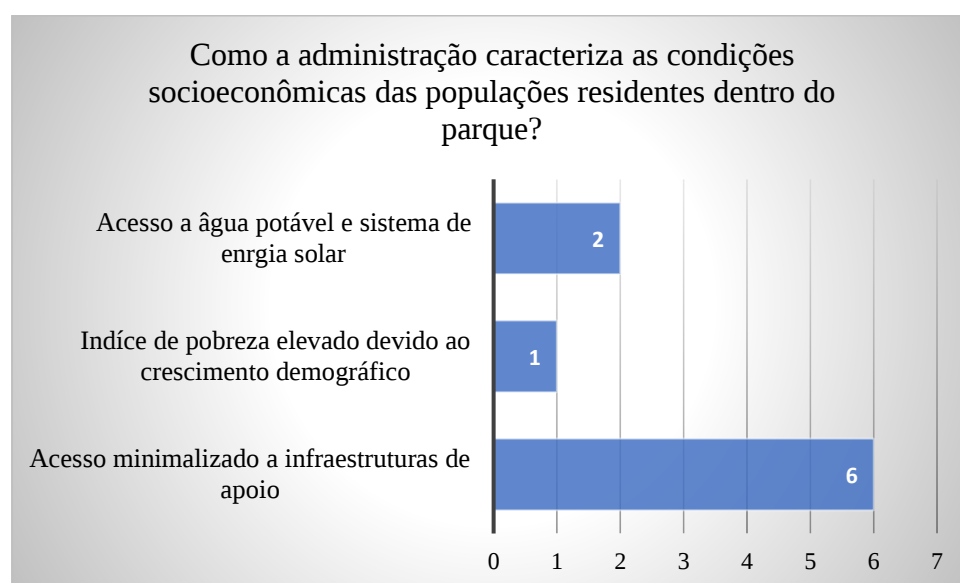
De acordo com os dados coletados, a administração identifica que os principais entraves para a implementação das práticas de conservação estão ligados a questões estruturais da população. A maioria das respostas aponta que o elevado índice de pobreza, o baixo nível de escolaridade e o aumento demográfico são os fatores que mais dificultam as ações do parque. Em menor escala, a administração reconhece que a falta de uma sensibilização profunda e o envolvimento ainda fraco da comunidade contribuem para a resistência às práticas implementadas.

Gráfico 11: Principais conflitos entre a conservação as atividades das comunidades

Fonte: Autora, (2026)

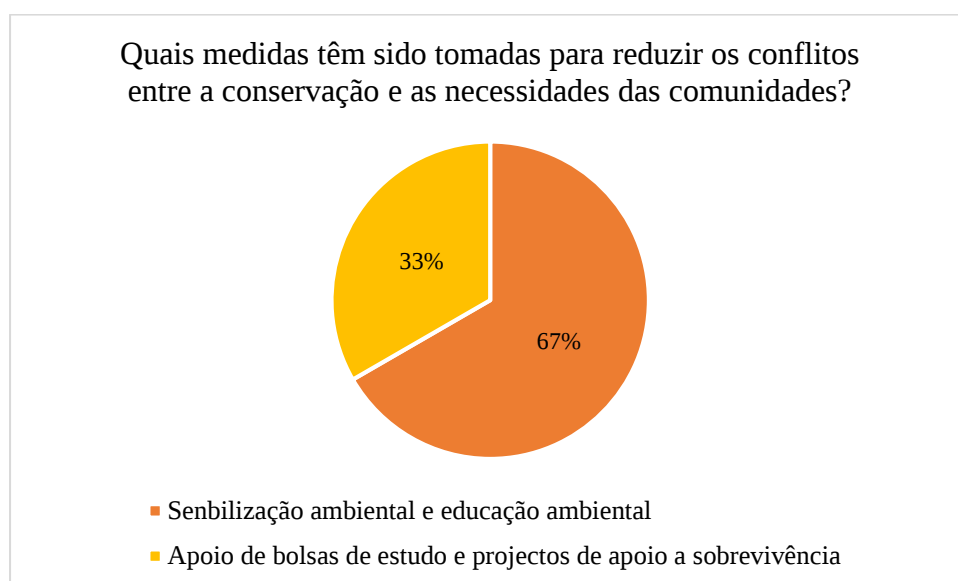
No que diz respeito aos atritos entre o parque e os residentes, o maior volume de conflitos reside no uso de terra em espaços não autorizados, englobando atividades como desflorestamento, práticas agrícolas individuais, pesca ilegal e abate de animais. Outro ponto de tensão relevante é o crescimento demográfico aliado à má gestão dos fundos de apoio destinados pelo parque às comunidades. Por fim, as queimadas descontroladas e problemas de ordenamento territorial aparecem como causas secundárias, mas ainda presentes, de conflitos na região.

Gráfico 12: Condições socioeconômicas da população



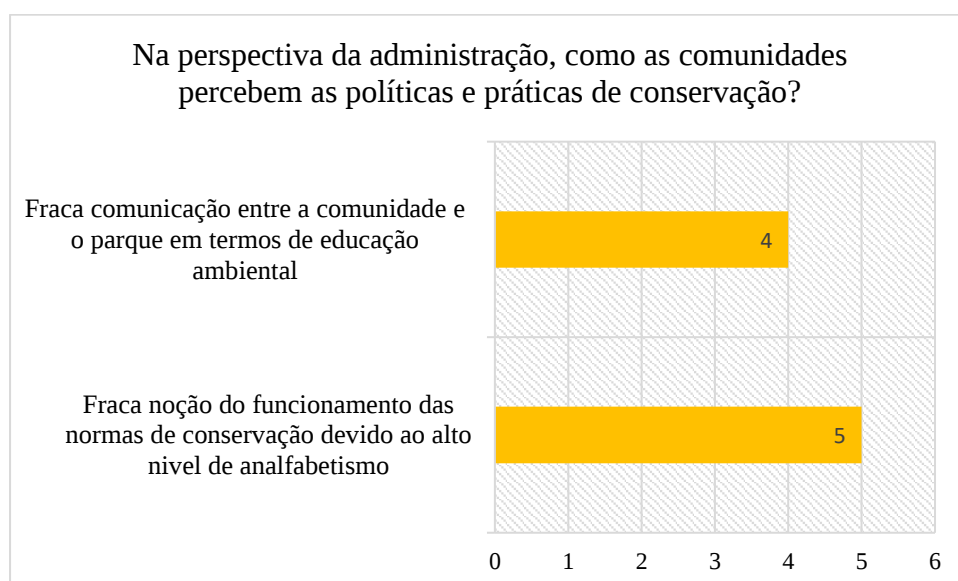
Fonte: Autora (2026)

A caracterização socioeconômica feita pela administração revela uma realidade de carência infraestrutural. O dado mais expressivo indica que as populações residentes possuem um acesso minimalizado a infraestruturas de apoio, o que compromete a qualidade de vida local. Embora existam registros de acesso a água potável e sistemas de energia solar, estes ainda são limitados a uma pequena parcela da população. Adicionalmente, reforça-se que o índice de pobreza elevado é diretamente agravado pelo ritmo de crescimento demográfico no arquipélago.

Gráfico 13: Medidas tomadas para reduzir os conflitos

Fonte: Autora (2026)

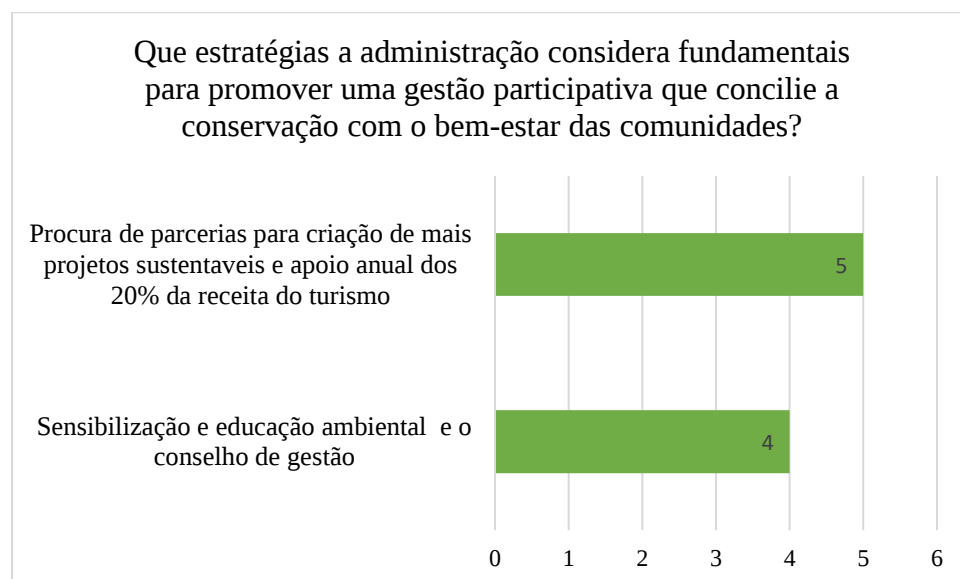
Para harmonizar a relação entre a conservação e as necessidades locais, a administração adota duas frentes principais de ação. A estratégia predominante, com 67% das iniciativas, foca na sensibilização e educação ambiental, buscando conscientizar a população sobre as normas do parque. Os 33% restantes das medidas concentram-se em ações práticas de suporte, como o apoio através de bolsas de estudo e projetos de fomento à sobrevivência, visando oferecer alternativas econômicas à exploração direta dos recursos naturais.

Gráfico 14: Percepção das normas de conservação

Fonte: Autora (2026)

A percepção da comunidade sobre as políticas de conservação é vista pela administração como insuficiente. O principal motivo apontado é a fraca noção do funcionamento das normas devido ao alto nível de analfabetismo entre os residentes, o que cria uma barreira de compreensão técnica. Somado a isso, identifica-se uma fraca comunicação entre a comunidade e a gestão do parque no que tange especificamente aos programas de educação ambiental, dificultando a internalização das regras de proteção.

Gráfico 15: Estratégias de uma gestão participativa



Fonte: Autora (2026)

Para o futuro da governação do parque, a administração considera fundamental a implementação de estratégias de inclusão e benefício mútuo. A prioridade máxima é a procura de parcerias para a criação de mais projetos sustentáveis, juntamente com o repasse anual de 20% da receita proveniente do turismo para as comunidades. Complementarmente, defende-se o fortalecimento do conselho de gestão e a continuidade das ações de sensibilização como pilares para conciliar a conservação ambiental com o bem-estar social.

3.3. Discussão dos resultados

A análise dos resultados obtidos neste estudo permite compreender de forma aprofundada a natureza dos conflitos existentes entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconómicas das comunidades residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB). Os dados evidenciam que tais conflitos não são isolados, mas resultam de uma interação complexa entre factores estruturais, institucionais e socioeconómicos, corroborando as abordagens teóricas dos conflitos socioambientais.

De acordo com LITTLE (2001), os conflitos socioambientais emergem de disputas relacionadas ao acesso, uso e controlo dos recursos naturais, sendo fortemente influenciados por interesses divergentes entre diferentes grupos sociais. No contexto do PNAB, esta dinâmica torna-se evidente, sobretudo quando se analisa a forte dependência das comunidades locais em relação aos recursos naturais.

Os resultados mostram que a pesca constitui a principal actividade económica (50%), evidenciando uma dependência directa dos recursos marinhos para a subsistência. Este dado está em consonância com CUNLIFFE ET AL. (2021), que afirmam que comunidades em áreas costeiras protegidas apresentam elevada dependência dos ecossistemas naturais, o que aumenta a sua vulnerabilidade face a restrições ambientais. Essa vulnerabilidade é agravada pelas condições socioeconómicas identificadas no estudo, onde a maioria dos inquiridos apresentam baixos níveis de rendimento (59%), dificuldades alimentares (51%) e condições habitacionais precárias (46%). Estes resultados reforçam o argumento de BERKES (2004), segundo o qual a fragilidade socioeconómica limita a capacidade adaptativa das comunidades, tornando-as mais suscetíveis a conflitos quando confrontadas com restrições de acesso aos recursos.

Neste contexto, as restrições impostas pelas práticas de conservação emergem como o principal factor de conflito. Os dados revelam que 65% dos inquiridos enfrentam limitações no uso dos recursos naturais, enquanto 80% identificam essas restrições como a principal fonte de tensão. Estes resultados confirmam os estudos de JONES ET AL. (2020), que apontam a limitação do acesso aos recursos como um dos principais motores de conflitos em áreas protegidas. Sob a perspectiva da conservação excludente, também conhecida como *fortress conservation* (BROCKINGTON, 2002), tais restrições reflectem um modelo de gestão que prioriza a protecção da biodiversidade em detrimento das necessidades humanas. Este modelo tem sido amplamente criticado por gerar exclusão social e resistência por parte das comunidades locais (WEST, IGOE & BROCKINGTON, 2006). Adicionalmente, REDPATH ET AL. (2013),

argumentam que muitos conflitos ambientais são, na verdade, conflitos entre pessoas, mediados pelo uso dos recursos naturais. No caso do PNAB, verifica-se claramente um conflito entre a administração do parque e as comunidades locais, sobretudo no que diz respeito ao acesso e controlo dos recursos.

Outro aspecto relevante identificado no estudo é a contradição entre o elevado nível de conhecimento das políticas de conservação (91%) e a persistência de conflitos. Este resultado demonstra que o problema não reside apenas na falta de informação, mas sim na ausência de inclusão efectiva das comunidades nos processos de tomada de decisão.

Segundo OSTROM (2009), a legitimidade das regras depende da participação activa dos utilizadores na sua definição. Assim, quando as políticas são implementadas de forma centralizada e sem envolvimento comunitário, tendem a ser percebidas como impostas, reduzindo o seu grau de aceitação.

A questão da distribuição dos benefícios do turismo também se destaca como um factor relevante de conflito. Embora o turismo seja promovido como motor de desenvolvimento local, os resultados indicam que os benefícios não são distribuídos de forma equitativa, sendo apontados como fonte de insatisfação por parte das comunidades. Este resultado está alinhado com SPENCELEY ET AL. (2021), que defendem que a aceitação das políticas de conservação depende directamente da percepção de justiça na distribuição dos benefícios económicos. No PNAB, apesar da existência de mecanismos como a partilha de 20% das receitas, as comunidades ainda percebem desigualdades no acesso a esses recursos, o que contribui para o aumento do descontentamento social.

Ao nível institucional, os resultados evidenciam fragilidades na governação, particularmente no que diz respeito à comunicação e à participação comunitária. Embora a legislação moçambicana reconheça a importância da consulta comunitária, estudos indicam que essa participação é frequentemente limitada ao nível consultivo (NORFOLK & TANNER, 2020).

No presente estudo, a fraca comunicação entre a administração e as comunidades, aliada ao baixo nível de escolaridade, contribui para a limitada compreensão das normas de conservação, dificultando a sua implementação eficaz. Adicionalmente, a análise comparativa entre a percepção da comunidade e da administração revela divergências significativas. Enquanto as comunidades enfatizam as dificuldades económicas e as restrições impostas, a administração tende a atribuir os conflitos a factores como pobreza, crescimento populacional e baixo nível de escolaridade. Estas divergências refletem o que ACSELRAD (2010) descreve como

desigualdade de percepções, onde diferentes atores interpretam os mesmos problemas de forma distinta, dificultando a construção de soluções consensuais.

No que diz respeito às estratégias de mitigação de conflitos, os resultados mostram que a administração privilegia acções de sensibilização e educação ambiental (67%), complementadas por iniciativas de apoio socioeconómico (33%). Embora estas estratégias sejam importantes, mostram-se insuficientes para resolver as causas estruturais dos conflitos.

De acordo com COAD ET AL. (2021), a eficácia das políticas de conservação depende da integração de três elementos fundamentais: inclusão social, benefícios económicos tangíveis e governação participativa. No caso do PNAB, a ausência de uma integração equilibrada desses elementos limita o sucesso das estratégias adotadas. Diante deste cenário, os resultados apontam para a necessidade de uma transição para modelos de co-gestão, nos quais as comunidades locais participem ativamente na tomada de decisões e na gestão dos recursos naturais.

Segundo BERKES (2009), sistemas de co-gestão promovem maior legitimidade, reduzem conflitos e aumentam a eficácia das práticas de conservação, ao integrar conhecimentos locais e científicos.

De forma geral, os resultados deste estudo permitem concluir que os conflitos no PNAB são resultado da interação entre quatro factores principais: a dependência dos recursos naturais, as restrições impostas pela conservação, a distribuição desigual dos benefícios do turismo e as fragilidades na governação participativa.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objectivo geral analisar os conflitos entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconómicas das populações residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB). A partir da análise dos dados recolhidos, foi possível compreender que os conflitos identificados são estruturais e resultam da interação entre factores económicos, sociais, institucionais e ambientais.

Diante dessa situação, conclui-se que as comunidades locais apresentam uma forte dependência dos recursos naturais, sobretudo da pesca, que constitui a principal fonte de subsistência. Esta dependência, aliada às condições socioeconómicas desfavoráveis caracterizadas por baixos níveis de rendimento, insegurança alimentar e habitação precária aumenta significativamente a vulnerabilidade das populações face às restrições impostas pelas políticas de conservação.

Mais ainda, verificou-se que as restrições ao uso dos recursos naturais representam o principal factor de conflito entre a comunidade e a administração do parque. A limitação da pesca, do uso da terra e de outros recursos essenciais compromete directamente os meios de subsistência, gerando percepções de injustiça e exclusão social.

Adicionalmente, constatou-se que, embora a maioria da população tenha conhecimento das políticas de conservação, esse conhecimento não se traduz em aceitação. Este facto evidencia fragilidades nos processos de governação, particularmente no que se refere à participação comunitária e à inclusão nos processos de tomada de decisão.

Outro aspeto relevante identificado foi a percepção de desigualdade na distribuição dos benefícios provenientes do turismo. Apesar de o PNAB ser uma área estratégica para o desenvolvimento do ecoturismo, os benefícios económicos não são percebidos como equitativamente distribuídos, o que contribui para o aumento do descontentamento social.

Do ponto de vista institucional, os resultados revelam a existência de limitações na comunicação entre a administração do parque e as comunidades locais, bem como um modelo de participação ainda predominantemente consultivo. Estas fragilidades comprometem a eficácia das políticas de conservação e dificultam a construção de relações de confiança entre os diferentes atores.

De forma geral, conclui-se que os conflitos no PNAB não são apenas ambientais, mas sim socioambientais, reflectindo desigualdades estruturais e desafios na integração entre conservação e desenvolvimento.

5. RECOMENDAÇÕES

Mediante as constatações encontradas durante a pesquisa, recomenda-se ao PNAB o seguinte:

1. Promover a governação participativa;
2. Desenvolver programas que promovam a diversificação das fontes de rendimento, tais como:
 - Turismo comunitário;
 - Aquacultura sustentável;
 - Pequenos negócios locais;
 - Formação profissional em áreas ligadas ao turismo.
3. Melhorar a distribuição dos benefícios do turismo;
4. Reforçar a educação ambiental contextualizada;
5. Fortalecer a comunicação institucional;
6. Integrar as necessidades locais nos planos de conservação;
7. Investir em infraestruturas sociais (Água potável; Energia; Educação; Saúde.).

6. Referências Bibliográficas

1. ACSELRAD, H. (2004). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
2. ACSELRAD, H. (2010). Justiça ambiental e construção social do risco. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
3. ADAMS, W. M. (2004). Against extinction: The story of conservation. London: Earthscan.
4. ADAMS, W. M., & HUTTON, J. (2007). People, parks and poverty: Political ecology and biodiversity conservation. *Conservation and Society*, 5(2), 147–183.
5. AFRICAN PARKS. (2023). Relatórios de gestão do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto. Maputo.
6. ANAC. (2016–2025). Plano de Maneio do PNAB. Maputo.
7. ARTUR, L., & HILHORST, D. (2022). Climate change and vulnerability in Mozambique. *Disaster Studies Journal*, 46(3), 345–362.
8. BERCOVITCH, J., & GARTNER, S. S. (2024). Conflict and mediation in international relations.
9. BERKES, F. (2004). Rethinking community-based conservation. *Conservation Biology*, 18(3), 621–630.
10. BERKES, F. (2009). Evolution of co-management. *Journal of Environmental Management*, 90(5), 1692–1702.
11. BOND, S. D. (2021). Conflict dynamics and social interaction.
12. BROCKINGTON, D. (2002). Fortress conservation. Oxford: James Currey.
13. BÜSCHER, B., & FLETCHER, R. (2019). Towards convivial conservation. *Conservation and Society*, 17(3), 283–296.
14. CLUB OF MOZAMBIQUE. (2023). Relatórios sobre desenvolvimento e turismo em Moçambique.
15. COAD, L., ET AL. (2021). Social impacts of protected areas. *Conservation Biology*, 35(2).
16. CUNLIFFE, R., ET AL. (2021). Local livelihoods and conservation conflicts. *Environmental Research Letters*, 16(4).
17. DIÁRIO ECONÓMICO. (2024). Monitoria ambiental no PNAB.
18. DIEGUES, A. C. (2008). O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.
19. FOLKE, C., ET AL. (2005). Adaptive governance. *Annual Review of Environment and Resources*, 30.

20. GIL, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas.
21. GROSS, E. M., ET AL. (2021). Human-wildlife conflict in Mozambique. *Ecology and Society*, 26(2).
22. IPCC. (2022). *Climate Change 2022*. Cambridge University Press.
23. JONES, B., ET AL. (2020). Community-based natural resource management. *World Development*.
24. LAKATOS, E. M., & MARCONI, M. A. (2001). Fundamentos de metodologia científica. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
25. LITTLE, P. D. (2001). *Amazonia: Territorial struggles*. Johns Hopkins University Press.
26. MASSÉ, F. (2020). Conservation and securitization. *Geoforum*, 112.
27. MILGROOM, J., & SPIERENBURG, M. (2021). Resettlement and conservation conflicts. *World Development*.
28. MOÇAMBIQUE. (2017). Lei n.º 5/2017, de 11 de Maio: Lei da Conservação da Biodiversidade. Boletim da República, I Série, Número 70. Imprensa Nacional de Moçambique.
29. NORFOLK, S., & TANNER, C. (2020). Land rights and participation in Mozambique. *Land Use Policy*.
30. OSTROM, E. (2009). Framework for sustainability. *Science*, 325.
31. POOLEY, S., ET AL. (2020). Human-wildlife conflict. *People and Nature*.
32. PRIMACK, R. B. (2014). *Essentials of conservation biology*.
33. REDPATH, S. M., ET AL. (2013). Managing conservation conflicts. *Trends in Ecology & Evolution*.
34. RICO, A., ET AL. (2022). Compensation schemes. *Conservation Science and Practice*.
35. SNYMAN, S., & BRICKER, K. (2021). Tourism and community development.
36. SPENCELEY, A., ET AL. (2021). Tourism revenue sharing. *Tourism Management*.
37. TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*.
38. WELSH, N. A. (2022). *Conflict theory and dispute resolution*.
39. WEST, P., IGOE, J., & BROCKINGTON, D. (2006). *Parks and peoples*.
40. WITTER, R., & SATTERFIELD, T. (2019). *Political ecology of conservation*.
41. WORLD BANK. (2023). *Mozambique economic update*.
42. GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. (2016). *Plano Estratégico do Turismo (2016–2025)*.
43. DW. (2024). *Relatórios sobre conservação em Moçambique*.
44. RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Apêndices



Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE LOCAL

Tema: Análise dos Conflitos entre Conservação e Necessidades das População Residente no PNAB

Caro (a) participante,

Este questionário integra uma pesquisa de campo realizada por uma estudante finalista da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito do Trabalho de Fim de Curso. O objectivo é analisar os conflitos existentes entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconômicas das populações residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB).

As suas respostas são anónimas, confidenciais e destinam-se exclusivamente a fins académicos. A sua participação é de grande importância para o sucesso deste estudo.

Parte I: Dados sociodemográficos

1. Idade: _____

2. Sexo: () Masculino () Feminino

3. Nível de escolaridade:

() Sem instrução

() Primário

() Secundário

() Superior

4. Ocupação principal:

() Pesca

() Agricultura

() Comércio

() Outro: _____

5. Tempo de residência na comunidade: _____ anos

Parte II: Questões principais

1. Quais são as principais atividades que garantem a sua subsistência?

() Pesca artesanal

() Agricultura

() Comércio local

() Outros: _____

2. Tem enfrentado restrições relacionadas com o uso de recursos naturais (pesca, madeira, cultivo, etc.)? Se sim, quais?

() Sim

() Não

() Talvez

3. Como essas restrições afetam a sua vida e da sua família?

4. Na sua opinião, quais são os principais conflitos entre a conservação e as necessidades da comunidade?

5. Como avalia as suas atuais condições de vida?

- () Habitação
() Alimentação
() Saúde
() Educação
() Rendimento

6. Conhece as políticas/práticas de conservação aplicadas no PNAB?

- () Sim
() Não

7. Se sim, como avalia a forma como essas políticas são aplicadas?

8. Considera que a comunidade tem voz nas decisões relacionadas com a conservação? Justifique.

- () Sim
() Não

9. Que alternativas sustentáveis poderiam ajudar a melhorar a vida da comunidade sem prejudicar a conservação?

Obrigado pelo tempo dispensado



Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane

GUIÃO DE ENTREVISTA

Administração do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB)

Tema: Análise dos Conflitos entre Conservação e Necessidades da População Residente no PNAB

Exmo(a).Senhor(a),

A presente entrevista insere-se no âmbito de uma investigação académica conduzida por uma estudante finalista da Universidade Eduardo Mondlane, com o objectivo de analisar os conflitos existentes entre as práticas de conservação ambiental e as necessidades socioeconómicas das populações residentes no Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (PNAB). As informações fornecidas serão tratadas com total confidencialidade e utilizadas exclusivamente para fins académicos.

Parte I: Identificação do Entrevistado

Nome do entrevistado (opcional): _____

Função/Cargo: _____

Tempo de trabalho no PNAB: _____ anos

Parte II: Questões Principais

1. Para começar, poderia descrever quais são as principais práticas de conservação atualmente implementadas no PNAB?
2. Na sua experiência, que desafios têm sido encontrados na implementação dessas práticas?
3. Na sua opinião, quais são os principais conflitos existentes entre a conservação e as atividades das comunidades locais?

4. Como a administração caracteriza as condições socioeconómicas das populações residentes dentro e nas zonas de influência do parque?
5. Que medidas têm sido adotadas para reduzir os conflitos entre a conservação e as necessidades das comunidades?
6. Na perspetiva da administração, como as comunidades percebem as políticas e práticas de conservação?
7. Existem mecanismos de participação comunitária na gestão do parque? Se sim, poderia explicar como funcionam?
8. Na sua opinião, que estratégias são fundamentais para promover uma gestão participativa que concilie a preservação ambiental com o bem-estar das comunidades locais?

**Agradeço sinceramente pela sua disponibilidade e contribuição para esta investigação.
Muito obrigado pela atenção dispensada.**